

# DE QUERIDINHO DOS DOADORES<sup>1</sup> AO DECLÍNIO INTERNACIONAL: O CASO DAS DÍVIDAS OCULTAS EM MOÇAMBIQUE ENTRE 2013 E 2019<sup>2</sup>

Yolanda Rafael Ofesse<sup>3</sup>

## RESUMO

Moçambique foi um dos países considerado como um caso de sucesso após os bons resultados macroeconômicos que se seguiram às intervenções das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) que implicaram na implementação do capitalismo neoliberal e na abertura do mercado para investimentos e megaprojetos estrangeiros. Mesmo com esse ideário de alcance de sucesso que levou o país a ser considerado um modelo para as IFIs, este permaneceu sendo um dos mais pobres do mundo, e realizou uma dívida, em caráter sigiloso das IFIs através da concessão de empréstimos que totalizaram 2,2 bilhões de dólares. O trabalho, a partir de uma análise da economia política contemporânea de Moçambique centrada neste escândalo das dívidas ocultas, parte da inquietação em torno desta trajetória de mudança diametral que levou ao declínio da imagem internacional do país. O objetivo do artigo é interpretar essa trajetória a partir de aportes teóricos da teoria da dependência que, apesar de ter sido desenvolvido com o objetivo de analisar a situação da América Latina, possui capilaridade relevante para avançar a análise de contextos do continente africano e oferece um olhar crítico sobre as estruturas de poder que marcam as relações entre o centro e a periferia no sistema internacional. A teoria da dependência é mobilizada para situar o caso de Moçambique como um exemplo da permanência de desafios estruturais históricos, como dependência de exportações primárias, vulnerabilidade frente às variações externas, pobreza, corrupção e fragilidades institucionais do Estado. A pesquisa tem caráter qualitativo, composta majoritariamente por revisão bibliográfica e análise documental dos relatórios das IFIs. Conclui-se que o caso moçambicano não pode ser explicado apenas por decisões internas equivocadas, mas reflete uma inserção dependente e subordinada na economia mundial, reforçada pela lógica da ajuda externa e pelas condicionalidades impostas pelas IFIs hegemônicas.

**Palavras-chave:** Moçambique – condições econômicas; relações econômicas internacionais; Instituições Financeiras Internacionais; teoria da dependência.

---

<sup>1</sup> O termo queridinho dos doadores surge a partir da ideia do autor britânico, Joseph Hanlon.

<sup>2</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabella Alves Lamas.

<sup>3</sup> Graduanda em Relações Internacionais pelas UNILAB.

## ABSTRACT

Mozambique was considered a success story after the positive macroeconomic results that followed interventions by International Financial Institutions (IFIs), which involved the implementation of neoliberal capitalism and the opening of the market to foreign investment and megaprojects. Despite this ideal of success that led the country to be considered a model for IFIs, it remained one of the poorest in the world and incurred a debt, secretly concealed by IFIs, through loans totaling US\$2.2 billion. This work, based on an analysis of Mozambique's contemporary political economy centered on this hidden debt scandal, stems from the concern surrounding this diametrically opposed trajectory that led to the decline of the country's international image. The aim of this article is to interpret this trajectory from the theoretical contributions of dependency theory, which, despite having been developed to analyze the situation in Latin America, has relevant reach for advancing the analysis of contexts on the African continent and offers a critical look at the power structures that mark the relations between the center and the periphery in the international system. Dependency theory is mobilized to situate the case of Mozambique as an example of the persistence of historical structural challenges, such as dependence on primary exports, vulnerability to external variations, poverty, corruption, and institutional weaknesses of the State. The research is qualitative in nature, consisting mainly of a literature review and documentary analysis of IFI reports. It concludes that the Mozambican case cannot be explained solely by misguided internal decisions, but reflects a dependent and subordinate insertion in the world economy, reinforced by the logic of external aid and the conditionalities imposed by hegemonic IFIs.

**Keywords:** Mozambique – economic conditions; international economic relations; international financial institutions; dependency theory.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a implementação de políticas de ajustamento estrutural nos anos 1980 em Moçambique, este país foi amplamente apresentado pelos doadores e Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) como exemplo de sucesso entre os países africanos em desenvolvimento. O país era associado a um modelo ideal, com políticas de incentivo de investimento direto estrangeiro e resultados expressivos de crescimento econômico associados, sobretudo, ao

investimento direto estrangeiro da indústria extrativa e empresas multinacionais, especialmente no setor de exploração de recursos minerais. No entanto, por trás desse quadro otimista mantem-se desafios estruturais históricos, com dependência de exportações primárias, vulnerabilidade frente às variações externas, pobreza, corrupção e fragilidades institucionais do Estado. Esses fatores tornaram-se mais evidentes após a revelação das dívidas ocultas entre 2013 e 2016. As dívidas somaram cerca de 2,2 bilhões de dólares e estiveram associadas às empresas Empresa de Atum de Moçambique, ProIndicus e Mozambique Asset Management. Esse episódio marcou uma virada na imagem internacional de Moçambique: de “queridinho” dos doadores e das IFIs, passou a ser visto como um país pouco confiável, com sérios problemas de transparência e governança.

Essa mudança é o ponto de partida deste trabalho, cuja problemática central é compreender como e por que o país passou da condição de parceiro preferencial dos doadores internacionais à de Estado com cooperação suspensa e credibilidade abalada. O objetivo é interpretar essa trajetória a partir de aportes teóricos da teoria da dependência, que oferece um olhar crítico sobre as estruturas de poder que marcam as relações entre o centro e a periferia no sistema internacional. Avança-se o argumento de que o caso moçambicano não se explica apenas por decisões internas equivocadas, mas reflete uma inserção dependente e subordinada na economia mundial, reforçada pela lógica da ajuda externa e pelas condicionalidades impostas pelas instituições financeiras hegemônicas.

Do ponto de vista teórico, parte-se da constatação de que, após a Segunda Guerra Mundial, surgiram na América Latina novas correntes de pensamento preocupadas em explicar as desigualdades entre o Norte e o Sul globais. A teoria da dependência surge a partir do diálogo crítico com o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e com o estruturalismo latino-americano, assim sendo, surge como resposta crítica ao estruturalismo da CEPAL pois rejeita o otimismo em relação a industrialização. Apesar de ter sido desenvolvida para analisar o contexto de países latino americanos, a teoria possui capilaridade relevante para avançar a análise de contextos da África Subsaariana e especificamente as relações entre Moçambique, os doadores e as instituições financeiras internacionais, observando como os mecanismos de dependência se reproduzem em diferentes escalas.

Este artigo é construído a partir de uma metodologia de caráter qualitativo, com base em análise documental e bibliográfica. Foram consultados os relatórios das Instituições Financeiras Internacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), além de relatórios de organizações da sociedade civil como o Centro de Integridade Pública

(CIP) e estudos acadêmicos sobre teoria da dependência e desenvolvimento. A análise parte da teoria da dependência (Cardoso; Faletto, 1969; Marini, 1973; Amin, 1972), compreendendo o fenômeno da corrupção e do endividamento como expressões de uma estrutura histórica de dominação econômica e política. A interpretação dos dados empíricos, sobretudo dos relatórios das IFIs, busca revelar as conexões entre dependência financeira, política externa e fragilidade institucional do Estado moçambicano.

O artigo está organizado em três partes principais, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção apresenta a base teórica, discutindo os fundamentos da teoria da dependência e sua relevância para compreender o contexto africano. A segunda seção analisa a economia política moçambicana contemporânea, abordando as reformas neoliberais, a expansão dos megaprojetos e a crise da dívida. Já a terceira seção examina o percurso que levou Moçambique de país-modelo e queridinho da comunidade de doadores internacionais para o “pária” do sistema de cooperação internacional, com base nos relatórios e investigações disponíveis. A conclusão retoma os principais resultados e propõe reflexões sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da transparência e da soberania econômica do país.

## **2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA NAS REALIDADES DO CONTINENTE AFRICANO**

Após a Segunda Guerra Mundial, verificou-se o surgimento de novas teorias para analisar o contexto da América Latina, cujo enfoque principal eram analisar as relações econômicas dos países do Centro e Periferia e, o reconhecimento dos obstáculos, estabelecidos para o alcance do Estado moderno. Dentre elas, a teoria da dependência é a que ganhou maior destaque mundial, com desenvolvimento principalmente entre os anos 1950 e 1970, a partir dos trabalhos de alguns de seus principais expoentes como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. De acordo com Duarte e Graciollo (2018), a teoria da dependência surge a partir do diálogo crítico com o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e com o estruturalismo latino americano, assim sendo, surge como resposta crítica ao estruturalismo da CEPAL pois rejeita o otimismo em relação a industrialização. A partir da crise da teoria do desenvolvimento, a teoria da dependência, busca compreender de forma crítica o sistema capitalista de produção na periferia e as relações desiguais de desenvolvimento entre centro e periferia, construídas por uma hegemonia de poder central que só reforçava as relações de dependência entre os países.

A teoria da dependência sustenta que o subdesenvolvimento não é atraso, mas sim o resultado histórico inserção da periferia num sistema capitalista hierárquico. Relação reproduzida por elites locais e pelo Estado, gerando formas de acumulação baseadas na superexploração a exportação de recursos naturais dos países da periferia para os países do centro que exportam posteriormente produtos industriais e, tecnologias de alto valor agregado. Os países dependentes da periferia, por sua vez, recorrem a dívidas, concedidas pelos países do centro, para posteriormente pagar as suas dívidas com juros altíssimos (Duarte; Gracioli, 2018).

Para Ianni (1988), a dependência estrutural é uma forma de subordinação permanente, onde as estruturas econômicas e políticas de um país não são autossuficientes, mas sim, estabelecidas por relações imperialistas. Neste sentido, Prebish (1949) ressalta que, o avanço tecnológico difunde-se no centro muito mais rapidamente do que na periferia e, a distribuição tecnologia não chega na periferia na mesma proporção dos países industriais. E, essa questão demonstra que a dependência não é apenas econômica, mas também tecnológica e estrutural, o que limita a autonomia dos países da periferia como Moçambique, dentro do sistema internacional. Cardoso e Faletto (1981), definem a dependência como uma situação estrutural em que as transformações internas das economias periféricas estão subordinadas às necessidades de expansão do capital dos países centrais. Para eles, as elites nacionais desempenham um papel mediador, articulando interesses locais e externos, o que gera um tipo de desenvolvimento dependente e crescimento econômico sem autonomia política. Essa leitura é essencial para compreender o caso moçambicano, em que o endividamento externo e a atuação de instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, refletem a continuidade de uma estrutura de dominação que combina fatores externos e internos.

Apesar da teoria da dependência ter surgido num contexto latino americano, argumenta-se que suas formulações são extremamente pertinentes também para a análise de realidades do continente africano, pois ambas as regiões compartilham trajetórias históricas marcadas pela colonização, inserção subordinada na economia mundial e exportação majoritária de bens primários. Assim como os países latino-americanos, grande parte dos países africanos foi incorporada ao sistema capitalista global de forma dependente, ocupando uma posição periférica no modelo centro-periferia. Assim, a teoria permite compreender como questões de desenvolvimento e marginalização no continente africano, assim como na região da América Latina, não são fruto de atraso interno, mas de uma integração desigual e dependente no sistema mundial protagonizada também por inúmeras formas de intervenção das IFIs enquanto perpetuadoras do modelo de desenvolvimento hegemônico dos países centrais.

Para Stiglitz (2002), os países africanos que são dependentes das IFIs, estão fardados a pobreza, por conta das políticas de ajustamento estrutural que as IFIs propuseram para a concessão de empréstimos. Deste modo, os créditos concedidos tornam-se um ciclo habitual de realização das dívidas, o que muitas vezes limita a soberania econômica, e produz a dependência financeira. Vale ressaltar que não existe um modelo padrão de desenvolvimento, pois o desenvolvimento é multifacetado e relativo para cada país. Ao aplicar o Consenso de Washington (liberalização do mercado, descentralização dos gastos públicos) as IFIs estão estabelecendo medidas de “desenvolvimento” que são falhas para países com realidades distintas.

A implementação de políticas de ajustamento estrutural, liberalização do mercado e incentivo ao investimento direto estrangeiro em Moçambique, criaram territórios extrativos que aumentaram o PIB agregado do país, mas não reduziram a pobreza local e não promoveram transferência de tecnologia. Dessa forma, por mais que Moçambique tenha apresentado um crescimento econômico, de alguma forma significativo, a maior parte da população continua dependente da agricultura de subsistência para a sobrevivência (BM, 2025).

Uma notícia sobre a teoria da dependência na Tanzânia estabelece uma conexão entre a CEPAL e a realidade dos países africanos. A implementação de ajustes estruturais, com o propósito de promover o desenvolvimento estatal, frequentemente ignora as especificidades locais, sobretudo o legado colonial que marca muitos dos países receptores de ajuda externa (Macedo *apud* Katz, 2020). A teoria da dependência revela-se pertinente nesse contexto, ao evidenciar como a hegemonia global impõe modelos de desenvolvimento uniforme, desconsiderando as dinâmicas históricas e sociais dos Estados periféricos (Santos, 1978). Tal imposição reforça estruturas de subordinação, perpetuando a dependência econômica e política sob o disfarce de cooperação internacional. A Teoria da Dependência propõe que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural criada pela integração subordinada das economias periféricas ao sistema capitalista global. Nos países africanos, essa dependência assume formas específicas, ligadas à história recente do colonialismo e dos processos de descolonização e ao papel das emergentes colonial e ao papel das elites locais na manutenção da dependência.

Como afirma Samir Amin (1972), a África pós-colonial foi integrada à economia mundial de forma extrativa e desigual, perpetuando um modelo de acumulação voltado para fora (exportação de matérias-primas) e dependente de capitais e tecnologias estrangeiras. Assim, a “independência política” não significou “autonomia econômica”. A dependência no continente africano se expressa através da prevalência da economia extrativista e enclaves

produtivos que transferem renda para o exterior e contribuem para significativas mudanças locais e melhora na qualidade de vida da população

A evolução da dívida externa africana evidencia um padrão histórico de endividamento crescente e dependência financeira em relação a credores externos. Mesmo com sucessivos programas de alívio da dívida do FMI, *Heavily Indebted Poor Countries Initiative* (HIPC) e *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI) eram programas de alívio da dívida que vinham com condicionalidades, como reformas estruturais, e exigências de liberalização econômica, privatizações e restrições ao Estado. O peso do serviço da dívida continua a comprometer o investimento social e o crescimento econômico do continente, como demonstram os dados da UNCTAD:

O perfil da dívida de África mostra que o continente recebeu cerca de 540 mil milhões de dólares em empréstimos e pagou cerca de 550 mil milhões de dólares em capital e juros entre 1970 e 2002. No entanto, a África permaneceu com um estoque de dívida de US\$ 295 bilhões. Por sua vez, a SSA recebeu US\$ 294 bilhões em desembolsos, tendo pago US\$ 268 bilhões em serviço da dívida, mas permanece com um estoque de dívida de cerca de US\$ 210 bilhões. Em 2023, quase metade dos países africanos tinha rácios dívida/PIB acima de 60%, com muitos a gastarem mais receitas governamentais em juros da dívida do que em educação ou saúde (UNCTAD, 2004; 2024).<sup>4</sup>

Os países africanos pagaram 550 mil milhões de dólares da sua dívida, porém ainda devem \$295 mil milhões devido aos juros compostos. Esse processo de endividamento para o desenvolvimento, é um caminho pendular onde os mesmos países endividados preocupam-se em pagar as dívidas e agradar os seus devedores, o processo pendular na minha visão refere-se ao processo repetitivo de dívidas e pagamentos delas ao invés de promover o desenvolvimento destes países em periféricos. Dessa forma, é possível concluir com alguma facilidade que ajudas económicas promovidas pelas IFIs hegemónicas não são necessariamente a chave para reduzir a pobreza e contribuir no desenvolvimento, bem como, que os megaprojetos e as empresas multinacionais trazem consigo uma ilusão em relação ao desenvolvimento local, como podemos observar através do exemplo da corporação mineradora multinacional Vale em Moçambique (Kato; Garcia, 2023).

Como afirma Bienefeld (1988), “profundamente endividadas, as economias africanas terão pouca escolha a não ser dar alta prioridade a essas atividades de exportação, mesmo que

---

<sup>4</sup> “Traduzido do original: “Africa’s debt profile shows that the continent received some \$540 billion in loans, and paid back some \$550 billion in principal and interest between 1970 and 2002. Yet Africa remained with a debt stock of \$295 billion (figure 1). For its part, SSA received \$294 billion in disbursements, having paid \$268 billion in debt service, but remains with a debt stock of some \$210 billion. In 2023, nearly half of African nations had debt-to-GDP ratios above 60%, with many spending more government revenue on debt interest than on education or health”.

suas populações possam estar morrendo de fome e os preços de exportação possam estar em colapso [...]”. (p. 10) No entanto, o processo de endividamento para o desenvolvimento é um caminho pendular, onde os países endividados preocupam-se em pagar as dívidas e agradar os seus credores, ou seja, refere-se ao processo repetitivo de dívidas e pagamentos, ao invés de promover o desenvolvimento dos países periféricos. Assim, as principais IFIs, têm contribuído significativamente para a dependência econômica dos países em desenvolvimento.

No contexto moçambicano, após o socialismo e subsequente abertura neoliberal, o país passou a depender de empréstimos e megaprojetos estrangeiros, tal como prevê a lógica da dependência. O Banco Mundial e o FMI funcionam como “centros de decisão” que impõem ajustes estruturais, limitando a soberania econômica do Estado moçambicano. As elites políticas locais, ao se beneficiarem desses acordos, funcionam como intermediárias da dependência.

As dívidas ocultas de Moçambique expressam um padrão típico da dependência periférica: o endividamento externo como instrumento de subordinação. Segundo Bienefeld (1988), a crise africana dos anos 1980 e 1990 revelou que os programas de ajuste estrutural, ao transferirem poder decisório das economias locais para organismos internacionais. Em Moçambique, a corrupção e o desvio de recursos públicos devem ser compreendidos não apenas como problemas morais, mas como efeitos estruturais de um sistema dependente, em que as elites nacionais são captadas por interesses externos. O endividamento secreto com bancos como o Credit Suisse e Vneshtorgbank ilustra esse mecanismo, em que o Estado atua para sustentar os interesses do capital transnacional. As dívidas ocultas de Moçambique demonstram como as decisões públicas são tomadas por uma elite política e como funcionam os créditos externos, que ao invés de fortalecerem a autonomia econômica, aumentam a tutela financeira das IFIs e a vulnerabilidade macroeconômica do Estado.

### **3 ECONOMIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA MOÇAMBICANA, REFORMAS NEOLIBERAIS E CRISE DA DÍVIDA**

Segundo Matsinhe (2011), após a independência em 1975, Moçambique adotou o modelo econômico, político e social, socialista para o desenvolvimento tornando-se um país fechado aos investimentos estrangeiros diretos e baseado predominantemente em empresas estatais. Em 1975, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) deixou de ser apenas um movimento de libertação e tornou-se um partido marxista-leninista, o poder foi centralizado nas funções de partido-Estado, o partido passou a controlar a economia e a população, o

capitalismo foi tido como o vilão da história em todos os discursos (Mosca, 2005, p. 148-149).

As antigas empresas que estavam sobre o domínio colonial, como Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) passaram a ser do Estado, os setores imobiliários e de saúde foram nacionalizados, a educação tornou-se gratuita e o número de escolas aumentou significativamente. A legitimação da FRELIMO como um partido socialista tinha como objetivo colocar Moçambique no radar dos países socialistas para atrair investimentos do bloco socialista, as relações diplomáticas só eram feitas com países socialistas com o intuito de promover o investimento estrangeiro, no entanto, em 1981 Moçambique enfrentou diversos desafios de fome, tanto que o país tentou aderir ao *Concil for Mutual Economic Assistance* (COMECON) para resolver os problemas, mas essa tentativa foi frustrada quando o país não foi aceito no COMECON. (Mosca, 2005, p.148-149).

Fatores regionais e internacionais, contribuíram para o fracasso do socialismo em Moçambique. Alguns dos principais fatores foram a Guerra-Fria e o acirramento dos conflitos internos e suas articulações regionais e globais no início dos anos 1980 a partir do envolvimento do Zimbabwe (antiga Rodésia do Sul) e da África do Sul, e países que recebiam financiamento dos EUA e da Inglaterra, que fortaleceram a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), movimento criado com apoio externo da Rodésia do Sul que se opunha a FRELIMO por apoiar movimentos de libertação em seu território. Mais tarde RENAMO passou a ter financiamento da África do Sul, que passou a usar o movimento como meio de desestabilização da FRELIMO e do Estado (Mosca, 2005).

Existiram também fatores locais que contribuíram para o fim do socialismo em Moçambique, entre eles, o fim das autoridades comunitárias formadas pelo poder colonial português, falta de terras para os camponeses, a construção de aldeias coletivas e de cooperativas agrícolas. Com a independência foi gerada uma expectativa de que os camponeses teriam as suas próprias terras, material para produção e aumento salarial, algo que a FRELIMO prometeu durante a mobilização (Hermele, 1990). As expectativas foram frustradas quando as terras foram ocupadas por empresas estatais e, por conta do descontentamento da população, a RENAMO passou a ter mais apoio mais massivo das populações rurais. O método de organização da FRELIMO de aldeias coletivas tinha o objetivo de socializar a agricultura, criar um senso de comunidade local e, proximidade da população para a distribuição de serviços básicos como, a educação, saúde, habitação. Essa mudança, no entanto, não foi bem recebida pela população.

Os ataques militares da África do Sul tinham como objetivo de desestabilizar Moçambique e, as infraestruturas como ferrovias, pontes e fabricas industriais eram os locais

mais atacados pela África do Sul (Abrahamsson; Nilson, 1994). Além disso, fatores climáticos como seca na região Austral da África fizeram com que a economia decrescesse. Moçambique contava com o apoio da URSS, mas com a tentativa frustrada de adesão a *Consil Mutual Economic Assistance* (COMECON) e demais desafios enfrentados, a FRELIMO recorreu aos países do ocidente, porém, a proximidade de Moçambique com URSS fez com que o país expulsasse diplomatas estadunidenses de em 1981, que condicionou o atraso da ajuda internacional dos EUA. Dessa forma, foi apenas em 1983 que o país começou a receber ajuda das instituições de Bretton Woods, e, em 1984 foi aceito como membro do FMI e do BM. Assim sendo, Moçambique começou o seu processo de transição de forma de organização da economia e da política do modelo socialista para uma economia de mercado e liberalizou o mercado para investimento estrangeiro a partir da implementação do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) no quadro de Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) em 1987 (Matsinhe, 2011). Iniciou-se um processo de abertura econômica, reformas estruturais e reestruturação do setor estatal em parceria com o FMI e o BM que alterou profundamente os rumos da economia política do país.

A partir dos resultados macroeconômicos positivos das intervenções das IFIs, o país passou a ser considerado atrativo ao investimento direto estrangeiro, o que gerou a entrada de um volume grande de capital, com especial incidência em grandes projetos de exploração de recursos naturais. É relevante ressaltar que a economia política contemporânea moçambicana, depende maioritariamente da indústria extrativista. De 2000 a 2015, o país teve um progresso econômico promovido por uma economia extrativista que representa 6% do PIB do país e 8% dos gastos internos do governo. Em 2020, o país teve decréscimo econômico por conta da COVID-19, mas em 2021 conseguiu se recuperar. Nos dias atuais, o setor extrativista tem apresentado uma diminuição das importações, causada pelos problemas internos do país, tais como: concessão das dívidas ocultas, ataques de grupos armados que teve início em 2017, na província de Cabo Delgado, região que possui a maior reserva de gás natural do país e, as greves pós eleitorais de 2024 (ITIE, 2017). De acordo com Lamas (2018), a economia política contemporânea de Moçambique tem sido marcada pela forte presença da indústria extrativa, principalmente após o período pós-conflito. A autora explica que, há em diversos momentos uma sobreposição entre as elites políticas e econômicas, ambas favoráveis ao investimento direto estrangeiro, e o Estado tem atuado mais como promotor do que como regulador dos investimentos estrangeiros diretos. Além disso, ela ressalta ainda, os mecanismos de controle social e ambiental do país ainda são recentes e pouco transparentes. Embora o Estado detenha o monopólio legal sobre os recursos minerais, o sistema de concessões e incentivos fiscais

beneficia sobretudo os investidores estrangeiros. Outro ponto destacado é a centralização fiscal e a baixa redistribuição das receitas das atividades extrativas para as comunidades locais. Como resultado, Moçambique continua sendo um país de baixa renda e com baixos índices de desenvolvimento humano (Castel-Branco, 2014; ITIE, 2017; Banco Mundial, 2017; PNUD, 2017).

### 3.1 AS RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

A partir dos anos 1980, Moçambique iniciou uma trajetória de envolvimento intenso com as IFIs. Segundo Marini (1993), a transição de países em desenvolvimento para um estágio de desenvolvimento pleno, não ocorre de forma automática por meio da simples adoção de políticas neoliberais ou da implementação de ajustes estruturais nas economias periféricas. Sendo o desenvolvimento multifacetado, as medidas aplicadas de reajustes estruturais sem conhecer a realidade do país a receber a ajuda em si, pode desestabilizar a economia local com dívidas externas altíssimas. Sendo assim, as reformas neoliberais devem ser implementadas levando em consideração a realidade de cada nação, o que não aconteceu no caso de Moçambique.

As reformas neoliberais em Moçambique, tiveram início em um contexto no qual o país estava em acentuada crise econômica devido aos fatores internos e globais, como guerra civil, seca, fome e isolamento diplomático do ocidente. A abertura do mercado foi implementada para assegurar uma ajuda emergencial devido a fome e a necessidade de acabar com a guerra civil. Em 1984 o país tornou-se membro do Banco Mundial. (Matsinhe, 2011).

Assim, as reformas tinham como objetivo substituir o modelo socialista por capitalista, as empresas estatais passaram a ser privadas, verificou-se a redução da participação do Estado nos gastos de despesas públicas.

A reabilitação econômica em Moçambique foi dividida em 2 fases, o Programa de Reabilitação Econômica de 1987 a 1990 e o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) de 1990 até os anos 2000. Os empréstimos do FMI causaram cortes significativos nas despesas públicas, o processo acelerado de privatização das empresas estatais e bancos comerciais, encorajamento de investimento estrangeiro com taxas de importação e exportação com taxa reduzida, redução salarial que deu origem a manifestações de descontentamento (Mosca, 2005; Hanlon, 2008).

As reformas não foram apenas econômicas, também políticas como consequência das políticas de condicionalidade da ajuda. Foram realizados de cooperação com países ocidentais

e construção de empresas multinacionais e, com a liberalização do mercado Moçambique passou a receber ajuda externa de diversos países, de agência das Nações Unidas da ONU e das ONGs do Norte global. Por conta da aproximação de Moçambique com os países do Ocidente, Moçambique foi perdendo relações diplomáticas com o Leste (Hanlon, 2008). Entre 1995 e 2000, o crescimento económico em Moçambique foi instável. Na primeira fase, o crescimento ocorreu sobretudo pela abertura do mercado ao investimento direto estrangeiro e por políticas de privatização. Essas medidas atraíram megaprojetos extrativos, mas não traduziram ganhos distributivos consistentes nem autonomia econômica local. Moçambique oferecia benefícios fiscais para os investimentos estrangeiros e, por este motivo em 2004 foram implementados diversos megaprojetos no setor extrativo, como o projeto de áreas pesadas Kenmare, de carvão da Vale e da Rio Tinto, a exploração de gás da empresa italiana ENI e da empresa estadunidense Anadarko na Bacia de Rovuma ao norte do país.

A entrada de investimento direto estrangeiro está intimamente ligada ao crescimento das importações e exportações líquidas, mas estas diminuíram consideravelmente em 2011. Segundo Ross (2014, p. 13), economista e diretora do FMI que chefiou diversas missões no país, em meados dos anos 2010, as importações eram “dominadas pela bauxita, pelo combustível e por importações relacionadas com outras indústrias extrativas. O déficit da balança de transações correntes atingiu 46% do PIB em 2012. Excluindo os megaprojetos, a conta corrente após os donativos aproximou-se do equilíbrio.”

As exportações no período pós-guerra civil eram de produtos tradicionais como camarão, castanha de caju, algodão e madeira, mas após o processo de abertura, as exportações de alumínio, eletricidade e carvão chegaram a representar 70% das exportações do país. Com esse crescimento econômico, a pobreza reduziu de 69% em 1996 e 1997 e, em 2003 reduziu para 54%. No entanto, os resultados do inquérito de 2008 e 2009 dos familiares, indicam que metade da população vive abaixo da linha de pobreza (Ross, 2014). A redução da pobreza foi mais evidente no Sul e no Centro, enquanto à escala nacional a pobreza rural continua a ser aguda. O emprego continua a ser dominado pela agricultura (cerca de 80% da população economicamente ativa), referindo-se maioritariamente a atividades de subsistência com baixíssima produtividade (BM, 2025).

Para Hanlon (2016), a relação entre Moçambique e os doadores antes das dívidas ocultas era de altos e baixos, mas os credores ofereciam diversos recursos e financiamento. Ou seja, as decisões de grande impacto dependiam das IFIs. Um exemplo de como funcionavam essas relações de condicionalidade e dependência em relação as IFIs foi quando, o presidente Armando Guebuza criou a iniciativa 7 milhões, projeto que visava promover o desenvolvimento

rural. Isso aconteceu sem as devidas regulações do mesmo, o que criou um empasse com os credores. Não obstante, esse não foi um caso isolado de acordos secretos. Outro caso foi com o presidente Joaquim Chissano que, realizou um acordo em 2007 com a mineradora de origem brasileira Vale S.A, para abertura de mina de exploração de carvão mineral em Tete, uma das grandes minas de carvão em Moçambique, a partir de um o contrato que equivalia a 120 milhões de dólares norte-americano valor que foi depositado para uma conta bancaria de Nova York e nunca foi inscrito no orçamento do Estado. Assim sendo, tais acontecimentos são exemplos evidentes da má governança do país, onde desde o início do envolvimento da IFIs foi possível constatar algumas ocultações de fatos. Como afirma Hanlon (2004), os credores e a elite política promovem políticas que beneficiam os investidores estrangeiros, enquanto a população honesta é prejudicada com essas decisões.

É possível verificar que as relações de Moçambique com as IFIs sempre foram condicionadas a partir de propostas pré-estabelecidas pelos credores internacionais. A ideia propagada, por estas instituições era de que a não implementação dessas políticas levaria ao atraso do país, uma visão centralizada no Centro e na gênese hegemônica destas IFIs.

### 3.2 AS DÍVIDAS OCULTAS DE MOÇAMBIQUE

A partir de 2010, representantes da empresa franco-libanesa Privinvest iniciaram negociações com Credit Suisse e com autoridades moçambicanas, propondo um grande investimento, que seria sustentado nas futuras receitas provenientes do gás natural na Bacia do Rovuma. Foram criadas três novas empresas estatais, em grande parte detidas pelos serviços de segurança SISE (Serviço de Informação e Segurança do Estado): EMATUM (Empresa de Atum de Moçambique, a partir de um empréstimo de US\$ 850 milhões) para uma frota de atum e segurança marítima, detida em 33% pela IGEPE (holding estatal), 33% por Emopesca (empresa pública de pesca), e 33% pelo SISE; Proindicus (US\$ 622 milhões) para fornecer segurança marítima, particularmente para operações *offshore* de petróleo e gás, de propriedade de 50% da Monte Binga (Ministério da Defesa e empresa do governo central) e 50% da SISE; e *Mozambique Asset Management* (MAM, \$535 milhões), criada para reparação e manutenção marítima, 98% detida pela SISE e 1% cada pela EMATUM. Esses empréstimos que totalizavam cerca de 2 bilhões de dólares norte-americano representavam o equivalente a 12% do PIB nacional. É importante, destacar que na época gerou perdas econômicas estimadas em 11 mil milhões de dólares, provocando uma profunda crise fiscal, cambial e social. O gestor das três empresas era Antônio Carlos do Rosario, sendo a Privinvest empresa de Akram e Iskandar Safa,

sediada em dois países do Oriente Médio e com a posse de estaleiro na França *Constructions Mecaniques de Normandie* (CMN) (CIP, 2021; Hanlon, 2016).

De acordo com o Centro de Integridade Pública (CIP, 2021), parte significativa desses recursos foi desviada para fins ilícitos, incluindo o pagamento de subornos a autoridades nacionais e estrangeiras. As investigações e auditorias revelaram a ilegalidade e a inconstitucionalidade desses contratos, levando o FMI e outros doadores a suspenderem a cooperação financeira com Moçambique. A dívida secreta resultou de um conjunto de atividades ilegais e de uma articulação entre parcela da elite política moçambicana e bancos internacionais, o que agravou a crise econômica e a pobreza no país.

A dívida veio a público em 2016 e, teve efeitos devastadores sobre a economia e o bem-estar social do país. Segundo o CIP (2021), entre 2013 e 2019, o episódio levou à suspensão da ajuda orçamental internacional e do programa com o FMI, resultando na queda do PIB real per capita, o que aumentou o desemprego e a pobreza. Estima-se que cerca de 1,9 milhões de moçambicanos tenham sido empurrados para abaixo da linha de pobreza até 2019, em decorrência direta do colapso econômico e da redução drástica dos investimentos públicos em saúde e educação. Antes da descoberta das dívidas secretas o país já possuía dívidas públicas e, entre 2006 e 2015 a dívida triplicou, passando de 3,5 mil milhões USD para 10 milhões de dólares, o equivalente a 34%. Um fator que levou o aumento desta dívida comercial foi o curto prazo de prazo de pagamento da dívida. As dívidas ocultas só revelaram um problema já existente que era, Moçambique já tinha uma dívida pública altíssima. Não obstante, a dívida secreta totalizou 78% do PIB, o que contribuiu para um sistema financeiro mais especulativo.

Essas dívidas de grandes investimentos e caráter comercial torna o prazo do pagamento da dívida curto, com juros altos e impossibilidade no reajuste do pagamento. Houve uma reestruturação no cronograma de pagamento da dívida da EMATUM, com vencimento prorrogado para 2023, incluindo o reembolso do capital e o acréscimo de juros. Entre 2015 e 2023, o Estado desembolsou cerca de 1,4 mil milhões de dólares apenas em juros. Em 2021, foram pagos mais de 1,4 mil milhões referentes aos empréstimos contraídos pelas empresas ProIndicus e MAM. Cabe destacar, que os débitos de outras empresas também venceram em 2023, acumulando encargos financeiros que totalizam aproximadamente 4 mil milhões de dólares em juros. O endividamento só causou mais dependência e a acomodação do país para a realização de novas dívidas, tendo em consideração que a economia do país é volátil, dependendo mais de ajuda internacional e da importação para o consumo e investimento. Moçambique era considerado de alto retorno, alinhado aos discursos de desenvolvimento. (Cardoso, 2016).

#### **4 TRAJETÓRIA DE QUERIDINHO DOS DOADORES INTERNACIONAIS À REALIZAÇÃO DAS DÍVIDAS OCULTAS**

Moçambique é um país de baixa renda, sendo classificado como um país em desenvolvimento, com uma trajetória econômica frágil devido as greves pós-eleitorais, pressões fiscais e baixa confiança dos investidores. A taxa nacional de pobreza tem aumentado cada vez mais e atualmente a taxa da pobreza é de 69% (Banco Mundial, 2025). Foi, no entanto, por muito tempo considerado exemplo de sucesso para a comunidade de doadores internacionais e, especial para as IFIs, após a implementação de políticas de cunho capitalista neoliberal pelos doadores internacionais (IDA, 2009; Nucifora; Silva, 2011).

Na sequência dos bons resultados macroeconômicos, a confiança dos investidores aumentaram e a diretora do FMI Ross (2014) afirma que “Moçambique dispõe de uma oportunidade única de consolidar a descoberta de vastos recursos naturais que, se forem bem geridos, irão permitir que o país alcance os seus objetivos de desenvolvimento social e ultrapasse a sua dependência da ajuda externa” (2014, p.1).

Essa afirmação revela uma perspectiva otimista em relação ao futuro de Moçambique, especialmente no que diz respeito ao potencial da economia extrativista do país como vetor de desenvolvimento. Não obstante, como aponta o escritor moçambicano Mia Couto, o país está também associado a “maldição da abundância”, uma vez que, apesar da descoberta de novos recursos minerais permanece sendo um dos mais pobres do mundo e tem enfrentado diversos problemas domésticos tais como: conflitos pós-eleitorais das últimas eleições presidenciais de 2024, conflito armado na província de Cabo Delgado no norte do país, dívidas ocultas, aumento da corrupção e pobreza extrema de uma parcela importante se sua população. A maldição da abundância de Moçambique assola o país apesar de seu potencial de crescimento econômico e de sua vasta gama de recursos, permanece sendo um dos países mais pobres do mundo.

A trajetória de crescimento econômico foi o grande pilar que levou Moçambique a ser reconhecido como um caso de sucesso: “de entre os países de África Subsaariana, a economia de Moçambique foi das que mais rapidamente cresceu nos passados vinte anos, registrando em média um crescimento anual do PIB real de 7,4%.” (Ross, 2014, p. 10). Para a antiga diretora Doris Ross, após 1992 com a assinatura do acordo geral da paz que deu fim à guerra civil entre o partido Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e a FRELIMO (Frente de Liberação de Moçambique), Moçambique teve um crescimento significativo no seu PIB per capita, melhora no índice de pobreza e aumento da esperança de vida. Esse crescimento foi devido a expansão do setor extrativo, que possui muitas irregularidades em seus contratos que, foram

elaborados para tornar Moçambique um país mais atrativo para empresas multinacionais condizente com as orientações políticas e econômicas de seus principais doadores internacionais. O FMI registrou um crescimento médio de 6 % em 2007 na região, fomentado pelo *boom* das *commodities* e alívio de dívida via Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) para a redução da carga de países pobres a níveis sustentáveis do FMI e do BM. Assim, “Moçambique beneficiou de um alívio da dívida através da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), em 1999 e em 2001, e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), em 2006, o que lhe permitiu reduzir substancialmente o seu endividamento externo” (Ross, 2014; FMI, 2007). O FMI recomendou que o país ampliasse a mobilização de receitas domésticas e redirecionasse parte desses recursos para gastos sociais e para fortalecimento da gestão da dívida pública.

Moçambique teve um dos mais altos financiamentos externos vindos de doadores feitos sob condições para concessão das ajudas financeiras, com o passar do tempo o país conseguiu se tornar atrativo para o investimento direto estrangeiro e novos investimentos privados. Esse aspecto mostra como o país sempre esteve no lugar de queridinhos dos doadores e investidores internacionais. A relação “amigável” com as IFIs. Entre 1998 e 2004, os empréstimos e doações faziam parte dos 15% do PIB de Moçambique em média, 70% sob a forma de donativos. Em 2012, os empréstimos e donativos diminuíram e por conta disso 6% do PIB representavam os donativos destinados para Plano de Ação para a Redução da Pobreza em Moçambique (PARP). Vale frisar, que já se passaram 13 anos após a implantação desse projeto em Moçambique este é considerado um dos países mais pobres do mundo mesmo com o seu poder potencial para sair dessa pobreza extrema.

Em 2012, Moçambique apresentava um crescimento (médio de 7 % ao ano), mas passou a gerar preocupação com a desaceleração da redução da pobreza e o aumento das desigualdades. A cooperação foi estruturada em três pilares: (i) competitividade e emprego, estimulando o agronegócio, pequenas e médias empresas e infraestrutura logística; (ii) redução de vulnerabilidades, com ampliação de redes de proteção social e investimentos em resiliência a desastres naturais; e (iii) governança e capacidade institucional, reforçando a transparência fiscal e a regulação do setor de recursos naturais. O relatório ainda alertou para riscos de “enclaves” de mineração e gás, cujos benefícios podiam não se disseminar à economia local. Durante décadas Moçambique recebeu aproximadamente 4 mil milhões de dólares de ajuda externa, recurso que representava cerca de 4% do PIB e 12% da receita total do Estado (BM, 2012; Navarra; Rodrigues, 2021). Esses números revelam o grau de dependência do país em relação à ajuda externa para sustentar suas finanças públicas. O apoio orçamental caracterizado

por transferências diretas ao tesouro nacional foi essencial para viabilizar políticas públicas, financiar serviços básicos e promover reformas institucionais. No entanto, essa dependência também tornou Moçambique vulnerável a pressões externas e à instabilidade provocada por interrupções no financiamento, especialmente em momentos de crise política ou escândalos de corrupção.

Quando o empréstimo destinado à frota de barcos de pesca de atum (EMATUM) se tornou público em 2013, o FMI pediu que esse valor fosse incluído no orçamento do Estado, o que indicava que os outros empréstimos poderiam ser igualmente aceitos pela instituição. Assim, naquele momento os doadores continuaram apoiando o país e evidencia-se que o FMI estava disposto a renegociar as formas de reembolso favoráveis para Moçambique, desde que o empréstimo segue as exigências do FMI e dos doadores internacionais (Haysom, 2019). Contudo, apenas em 2016 foi revelado que o caso não se restringia ao empréstimo do EMATUM e que, haviam mais dois empréstimos secretos contraídos pelo Ministério do Interior entre 2009 e 2014. Esses recursos estavam relacionados com a aquisição de veículos blindados em resposta a possíveis tumultos em Maputo em abril de 2016. Dessa forma, de maneira velada e sem informar o FMI, doadores ou detentores de títulos, o governo contraiu um montante total de US\$ 2.228 milhões em dívidas. Quando o empréstimo secreto veio à tona, o FMI suspendeu o crédito e 14 doadores interromperam o financiamento. Como consequência, Moçambique passou a ter indicadores negativos no que concerne à política, democracia, governança. O modo que o país era visto no sistema internacional mudou radicalmente de um caso de sucesso para uma situação de declínio e a descoberta da dívida oculta só contribuiu para a deterioração da política do governo moçambicano (Hanlon, 2016). É importante frisar, que a concessão de garantias para empréstimos estatais requer aprovação do parlamento, a qual nunca foi solicitada.

Depois da divulgação das dívidas ocultas em 2016, o Banco Mundial (2017; 2018) reconheceu uma profunda crise de confiança, o que levou à suspensão do *budget support* e ao cancelamento do programa da instituição. Propôs-se reformas para (i) revisar o quadro legal das garantias soberanas, (ii) fortalecer a supervisão de empresas estatais, (iii) aumentar a transparência na gestão da dívida e (iv) reconquistar a confiança de investidores e doadores ajustando, mas mantendo os três pilares de competitividade, resiliência e governança, agora com ênfase na responsabilização fiscalizações, com a crise das dívidas ocultas Moçambique perdeu credibilidade no cenário da economia internacional, o PIB baixou de maneira abrupta para 4% e a dívida pública subiu para 110% do PIB nacional. O FMI (2019), realizou o mapeamento de lacunas em governança fiscal e no setor extrativo indicadores de transparência para a corrupção, estado de direito e regulação de mercados. O mesmo sugeriu recomendações

de reformas anticorrupção e fortalecimento institucional. De outro lado, Moçambique foi pontuado como não confiável e com alta possibilidade de inadimplência pelas agências de *rating*, o que tornou ainda mais difícil obtenção de empréstimos internacionais. É importante, afirmar que antes das dívidas ocultas, a economia moçambicana já era considerada vulnerável por conta da dependência excessiva de importações (Castel-Branco; Massarongo, 2016).

No campo da governança, as dívidas tiveram consequências severas. Moçambique caiu significativamente no índice de percepção de corrupção da *Transparency International*, refletindo o impacto negativo do escândalo na confiança pública nas instituições (Transparency International, 2019). De acordo com o *Transparency Internacional*, em 2010 havia um otimismo real de que a descoberta de recurso naturais e abundância de recursos poderia ajudar o país a superar seus agudos desafios de desenvolvimento, mas muito desse otimismo tornou-se pessimismo com a descoberta das dívidas ocultas. Em colaboração com funcionários de um banco internacional, um grupo de altos funcionários do governo moçambicano garantiu 2,2 mil milhões de dólares em empréstimos extraorçamentários. Com a descoberta das dívidas em 2016, esse fato desacelerou o crescimento econômico, aumentou a desigualdade social e a pobreza e, US\$ 350 milhões foram desperdiçados na EMATUM. Os esforços para o desenvolvimento de Moçambique, têm sido prejudicados por conta do nível de corrupção do país, “um estudo estimou que o custo médio anual da corrupção em dez anos, de 2004 a 2014, foi de até US\$ 4,9 bilhões” (*Transparency Internacional*, 2019, p. 2). Nos últimos tempos a relação de Moçambique com os doadores internacionais têm sido de estabelecimento de nova fase de confiança com os doadores, de modo que o país continue a receber “ajuda” das IFIs, bem como investimentos estrangeiros.

A leitura comparativa dos relatórios e análises de diferentes organizações internacionais, sobretudo das IFIs centrais que são o FMI e o BM, mostra uma mudança profunda na forma como Moçambique foi percebido nas últimas duas décadas. De exemplo de sucesso das reformas neoliberais e da estabilidade macroeconômica, o país passou a ser retratado como um caso de dependência financeira e fragilidade institucional após o escândalo das dívidas ocultas. A tabela a seguir resume essa evolução de percepção, com base nos materiais consultados e publicados pelas organizações.

**Quadro 1** – Evolução da Percepção Internacional sobre Moçambique (1992–2024)

<b>Organização Internacional</b>	<b>Material publicado</b>	<b>Síntese dos principais argumentos</b>
<b>Banco Mundial</b>	Relatórios de Estratégia e Parceria com o País (2003, 2006, 2012, 2017, 2020, 2023)	Até 2015, o BM via Moçambique como modelo de crescimento e boa governança, com reformas estruturais e aumento do IDE. Após 2016, passou a destacar fragilidade institucional, endividamento excessivo e queda de confiança internacional, atribuindo a crise à falta de transparência e supervisão sobre empresas estatais.
<b>Fundo Monetário Internacional</b>	Relatórios de Assistência Técnica e Transparência	No início, descrevia o país como exemplo de estabilidade macroeconômica e boa implementação do HIPC. Após as dívidas
	Art. IV Consultations (2007, 2011–2019)	ocultas, apontou corrupção, má gestão fiscal e risco de insolvência, suspendendo programas e exigindo reformas rigorosas de governança e controle da dívida pública.
<b>PNUD</b>	Relatórios de Assistência Técnica e Transparência / Art. IV Consultations (2007, 2011–2019)	Até 2015, destacava avanços no IDH e políticas sociais. Após 2016, indicou reversão de indicadores e aumento da pobreza, mostrando como o endividamento e os choques externos afetaram o bem-estar da população.

Fonte: elaborado pela autora com base nos relatórios oficiais das organizações citadas.

A partir dos relatórios do FMI, do Banco Mundial e das investigações do CIP (**Quadro 1**), é possível identificar mecanismos concretos que explicam a transição de “queridinho” a país sancionado. Primeiro, os incentivos oferecidos por instituições e investidores favoreceram a priorização de projetos de grande escala com financiamento externo, frequentemente estruturados de forma a minimizar as barreiras à entrada do capital privado. Os instrumentos legais e administrativos permitiram a formalização de garantias soberanas sem ampla

transparência ou debate parlamentar. Essa confluência de pressão por investimento, mais margem de manobra técnica funcionou como um catalisador para operações creditícias opacas.

Em segundo lugar, a leitura pela teoria da dependência ajuda a deslocar o foco da análise apenas do erro técnico para as determinações estruturais: as IFIs e os mercados de crédito internacional oferecem soluções financeiras que, em contextos de capacidade regulatória limitada, reforçam padrões de subordinação. Ou seja, o capital externo penetra em enclaves com retornos concentrados e mecanismos contratuais que não necessariamente promovem desenvolvimento distribuído, aprofundando dependências pré-existentes. Em última instância, a crise das dívidas ocultas revela a interação entre incentivos internacionais e fragilidades internas como determinante central da deterioração da confiança externa e da redução de acesso a financiamento.

A teoria da dependência, originalmente formulada no contexto latino-americano, oferece um quadro analítico para compreender como a integração subordinada ao capital mundial produz subdesenvolvimento estrutural. Autores clássicos desta teoria mostram que a exportação de matérias-primas e inserção assimétrica nos fluxos de capital criam relações de subordinação. A teoria da dependência revela-se fundamental para compreender as dinâmicas de subordinação econômica e política de Moçambique diante das IFIs e do capital estrangeiro. As dívidas ocultas expressam a reprodução da dependência estrutural e a fragilidade do Estado periférico diante do capitalismo. Moçambique é um país que depende significativamente da exportação de produtos brutos e de ajuda externa para a implementação de alguns serviços básicos, apesar de ser um país rico em recursos minerais, ainda continua sendo dependente em termos financeiros e industrial, através de um processo de abertura de mercado para implementação sobretudo de megaprojetos que beneficiam mais os países hegemônicos ao invés do próprio país receptor. Deste modo, o capital estrangeiro organiza a perpetuação da dependência externa no país.

A descoberta das dívidas ocultas deve ser interpretada não apenas como um escândalo de má gestão, mas como o produto de uma combinação de incentivos e fragilidades estruturais. A dependência de receitas externas e a prioridade dada a atração de investimento direto estrangeiro criaram pressões políticas por resultados rápidos, enquanto lacunas no arcabouço institucional e práticas de contratação permitiram operações sem o devido escrutínio. Em termos causais, isso significa que a crise decorre da convergência entre condicionantes internacionais (instrumentos de crédito e expectativas dos doadores) e escolhas domésticas (abertura de espaço a megaprojetos sem o fortalecimento de mecanismos de governança), o que corrobora a leitura dependência adotada neste trabalho. Na perspectiva da teoria da

dependência, trata-se de um reforço das relações centro-periferia: o capital externo contribui para a extração de recursos e, em vez de promover autonomia, aprofunda a subordinação do país com o investimento direto estrangeiro que contribui mais para o país investidor do que com o país receptor. O endividamento secreto com o Credit Suisse e o Vneshtorgbank ilustra esse mecanismo, em que o Estado atua para sustentar os interesses do capital transnacional. As dívidas ocultas de Moçambique demonstram como as decisões públicas são tomadas por uma elite política e como funcionam os créditos externos, que ao invés de fortalecer autonomia econômica, aumentam a tutela financeira das IFIs e a vulnerabilidade macroeconômica do Estado.

O caso das dívidas ocultas de Moçambique não é isolado, uma vez que muitos países africanos se encontram com juros altíssimos decorrentes de empréstimos estrangeiros. A relação de Moçambique com o FMI e o Banco Mundial não se limita apenas ao campo econômico, mas configuram um tipo de cooperação financeira, que cria hierarquias políticas entre países centrais e periféricos, nas quais a soberania do Estado moçambicano é parcialmente substituída pela tutela dos credores internacionais. Assim, a política externa do país é moldada pela necessidade de manter a “confiança” e o “apoio” dos doadores internacionais, evidenciando a dependência política embutida na dependência econômica.

Em síntese, a transformação de Moçambique de “queridinho” a país com cooperação suspensa não se explica apenas por um conjunto de decisões erradas, mas por uma arquitetura de incentivos que combina expectativas e relações de hegemonia externas fragilidades internas. A análise documental cruzando relatórios das IFIs investigações independentes mostra que os instrumentos de financiamento e a fraca governança criaram condições para empréstimos opacos. Interpretado pela teoria da dependência, esse percurso confirma que as relações de centro-periferia continuam a moldar capacidades estatais e possibilidades de desenvolvimento nos países do Sul, e que qualquer política de recuperação precisa enfrentar simultaneamente os vetores internacionais e os déficits institucionais domésticos.

## **5 CONCLUSÃO**

Ao longo deste trabalho procurou-se compreender como Moçambique passou, em poucos anos, de exemplo de sucesso e “queridinho dos doadores” para um país marcado por desconfiança e crise fiscal. A análise dos relatórios do Banco Mundial, do FMI e do CIP mostrou que as dívidas ocultas não foram apenas um episódio de má gestão, mas o reflexo de um sistema

mais profundo de dependência econômica e política.

Durante as décadas de 1990 e 2000, as instituições internacionais apresentavam Moçambique como um modelo de reconstrução e de estabilidade, elogiando o crescimento econômico rápido, as reformas de mercado e a abertura ao investimento estrangeiro. No entanto, a partir de 2016, com a revelação das dívidas ocultas, essa imagem mudou completamente. O país passou a ser visto como um exemplo de fragilidade institucional, falta de transparência e incapacidade de controlar os próprios recursos. Essa virada mostra o quanto o desenvolvimento do país ainda depende de decisões e interesses externos. As políticas econômicas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial continuaram a reproduzir uma lógica de dependência. Mesmo após o escândalo, os programas de “reconstrução da confiança” voltaram a centrar-se em ajustes fiscais e condicionalidades, enquanto os problemas sociais e a desigualdade se agravaram. A crise das dívidas ocultas acabou por expor a distância entre o discurso de desenvolvimento e a realidade vivida pela população moçambicana, que enfrenta desemprego, aumento do custo de vida e redução de serviços públicos.

A partir de um diálogo com a teoria da dependência forjada na realidade de países latino-americanas adaptada a análise de países africanos, foi possível constatar que as elites políticas e econômicas nacionais se articularam com bancos estrangeiros para garantir contratos opacos e ilegais, comprometendo o futuro do país. Isso confirma o que autores como Cardoso e Faletto (1981) já explicavam na teoria da dependência: as alianças entre elites locais e interesses internacionais perpetuam a subordinação e impedem a construção de um desenvolvimento autônomo.

A perda de credibilidade internacional, a suspensão de apoios e o rebaixamento das notas de crédito demonstram que a política externa e a política econômica se tornaram inseparáveis. Cada decisão financeira passou a ter impacto direto nas relações diplomáticas, nos acordos de cooperação e até na forma como o país é visto internacionalmente. Consequentemente, romper esse ciclo exige mais do que novas reformas econômicas. É preciso fortalecer as instituições públicas, garantir transparência real e valorizar as capacidades internas do Estado. Também é essencial diversificar a economia, reduzir a dependência de megaprojetos e construir um modelo de desenvolvimento voltado para as pessoas, e não apenas para indicadores macroeconômicos.

Conclui-se reconhecendo que Moçambique tem potencial para superar esse quadro, mas isso depende de vontade política, responsabilização e de uma visão de futuro que priorize o bem-estar coletivo. A crise das dívidas ocultas não deve ser vista apenas como um fracasso, mas como uma oportunidade de repensar o nosso modelo de desenvolvimento do país e de

reconstruir, com soberania, a confiança dentro e fora de Moçambique.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Aproveitando oportunidades espaço de manobra numa ordem mundial em transição: O caso de Moçambique**; CEEI-ISRI, 1994.
- ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992**; CEEI-ISRI, 1994.
- BIENEFELD, Manfred. **Dependency theory and the political economy of Africa's crisis**. Review of African Political Economy, v. 15, n. 43, p. 68-87, nov. 1988.
- BANCO MUNDIAL. **Mozambique**. Washington, D.C.: World Bank, 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BANCO MUNDIAL. **Project Appraisal Document on a Proposed Credit in the Amount of SDR 20.8 Million (US\$30 Million Equivalent) to the Government of Mozambique for a Technical and Vocational Education and Training Project**. Report No. 33174-MZ. Washington, DC: World Bank, 21 fev. 2006. Disponível em: [Mozambique: Development news, research, data | World Bank](#). Acesso em: 12 de maio de 2025.
- BANCO MUNDIAL. **Republic of Mozambique – Systematic Country Diagnostic**. Report No. 103507-MZ. Washington, DC: World Bank, junho 2016. Disponível em: [Mozambique: Development news, research, data | World Bank](#). Acesso em: 12 de maio de 2025.
- BANCO MUNDIAL. **Mozambique Public Expenditure Review: Rebalancing Public Spending**. Washington, DC: World Bank, 2019. Disponível em: [Mozambique: Development news, research, data | World Bank](#). Acesso em: 12 de maio de 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CORTÊS, Edson; ORRE, Aslak et. al (2021). **Custos e consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique**. Bergen e Maputo: Chr. Instituto Michelsen.
- DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edilson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. Campinas, 2018. Acesso em: 25 de maio de 2025.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **República de Moçambique: Relatório de Assistência Técnica – Desenvolvendo a Gestão de Caixa**. Relatório do FMI nº 23/12. Washington, D.C.: FMI, agosto 2012 (publicado em janeiro 2023). Disponível em: República de Moçambique: Relatório de Assistência Técnica - Desenvolvendo a Gestão de Caixa; Relatório do FMI Nº 23/12; Agosto 2012. Acesso em: 10 de outubro de 2025.
- HANLON, Joseph. Os doadores promovem a corrupção: o caso de Moçambique. **Third World Quarterly**, 25 nº 4, 2004, p. 747-63.

HANLON, Joseph. **Following the donor-designed path to Mozambique's US\$2.2 billion secret debt deal.** Third World Quarterly, 2016, p. 1-18.

HAYSOM, S. The Fall-Out From The Mozambican 'Secret Loans' Scandal Understanding The Promises And Perils Of International Responses To Grand Corruption. **Direction générale des relations internationales et de la stratégie.** The economist, 2019.

HERMELE, Kenneth. **Moçambique numa encruzilhada:** Economia e política na era de ajustamento estrutural. Bergen; 1990.

IDA. **Mozambique:** From Post-Conflict Recovery to High Growth. World Bank. Washington DC, 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Regional Economic Outlook:** Sub-Saharan Africa. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2007.

ITIE. Mozambique. Online, 2022. **Mozambique.** Disponível em: <https://eiti.org/mozambique>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina.** 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988, p. 199-200.

KATO, Karina Yoshie Martins; GARCIA, Ana Saggiaro. "Valeu a pena?" An assessment of Vale's operations in Mozambique through the prism of the International Articulation of those Affected by Vale. **The Extractive Industries and Society**, v. 14, 2023.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência: 50 anos depois.** Tradução de Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LAMAS, Isabella. **Um caso de sucesso?** Políticas neoliberais, setor extrativo e corporações privadas em Moçambique. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 245, p. 464-495, set./dez. 2018.

LIBERATO, Ermelinda. **Globalização:** A grande desilusão, de Joseph Stiglitz. Uma obra que responsabiliza o Consenso de Washington, o FMI e o BM pelo seu fracasso., Mulemba, 2016.

MACEDO, Felipe. **Tanzânia, a ponte latino-americana na África: Recepções e reinterpretções do pensamento da CEPAL e da Teoria da Dependência pelos intelectuais de Dar Es Salaam.** África em Questão, 4 set. 2012.

MATSINHE, Leví Salomão. **Moçambique:** uma longa caminhada para um futuro incerto? **2011.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique.** Século XX; Instituto Piaget; 2005.

NAVARRA, C.; UDELSMANN, Rodrigues, C. **Debt, aid and poverty in Mozambique:** lessons learned from the Mozambican debt crisis, DIVA. Nordiska Afrikainstitutet. 2018.

NUCIFORA, Antonio M. D.; SILVA, Luiz A. Pereira da. **Rapid Growth and Economic**

**Transformation in Mozambique, 1993–2009.** In: CHUHAN-POLE, P. e ANGWAFO, M. (Ed.). *Yes Africa Can: Success Stories from a Dynamic Continent*. Washington DC: The World Bank, 2011. p.65-80.

PNUD. **Human Development Report 2016:** Human Development for Everyone. United Nations Development Programme. New York, 2017.

RODNEY, W. **How Europe underdeveloped Africa.** Washington D.C.: Howard University Press, 1973.

UNCTAD. **Debt Sustainability: Oasis or Mirage?** TD/B/51/3. Geneva: UNCTAD, 2004.

UNCTAD [United Nations Conference on Trade and Development]. **Economic Development in Africa Report.** UNCTAD, 2024. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2024\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2024_en.pdf)Acesso em: 10 de outubro de 2025.